



PR7. 2023

Brasília-DF, 13 de setembro de 2023.

Ao

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2023

Processo nº 01450.003058/2023-74

PROPOSTA COMERCIAL

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de forma continuada na área de apoio administrativo para atender as necessidades no âmbito da Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DOS VALORES

Apresentamos o valor proposto para a execução dos serviços objeto da presente proposta, conforme resumo abaixo e planilhas de custos em anexo.

GRUPO 1 - VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA PARA 60 MESES **R\$ 51.658.180,20**
cinquenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, cento e oitenta reais e vinte centavos

DAS DECLARAÇÕES

Declaramos que nos preços propostos, estão incluídos todos os custos da contratação, tais como: mão-de-obra, auxílio alimentação, vale transporte e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados. Taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas diretas e indiretas, enfim, todos os demais componentes de custos dos serviços, inclusive o lucro, necessários à sua perfeita execução.

Declaramos que essa empresa encontrar-se inscrita no PAT (Programa de Alimentação de Trabalhador), conforme documento que segue em anexo, estando autorizada a realizar o desconto no percentual de participação do empregado, conforme previsto na Lei n. 6.321/76 e Decreto n. 5/91, ou em razão de previsão em Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria;

A presente proposta de preços tem validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

Declaramos que nossos funcionários são regidos pela Legislação Trabalhista vigente (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), em cumprimento ao ACORDO COLETIVO firmada entre o SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRAB NAS IND MET MEC MAT ELETRICOS E ELETRONICOS DO DF GO TO, CNPJ n. 00.409.045/0001-14, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ERBAL DE SOUSA AGUIAR; E R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 11.162.311/0001-73, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). GILDENILSON BRAZ TORRES, cuja data-base da categoria ocorre em 01º de maio.

DOS DADOS DA EMPRESA E DO REPRESENTANTE LEGAL

RAZÃO SOCIAL: R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA

CNPJ Nº: 11.162.311/0001-73

ENDEREÇO/CEP: TR SIA TRECHO 17 RUA 14 LOTE 170 Brasília - DF, CEP: 71200-240

TELEFONE: (61) 3142-0377

E-MAIL: licitacao.servicos@r7facilities.com.br (contato durante a fase do pregão)

E-MAIL: contrato@r7facilities.com.br (contato após assinatura do contrato)


BANCO - ITAU / AGÊNCIA: 0654 / CONTA CORRENTE: 89855-0

REPRESENTANTE LEGAL: Gildenilson Braz Torres

CARGO/FUNÇÃO: Sócio/Administrador

IDENTIDADE Nº: 484.372.955 SSP/MA

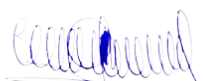
CPF Nº: 717.967.543-15


R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 11.162.311/0001-73
GILDENILSON BRAZ TORRES
SÓCIO/ADMINISTRADOR
CPF: 717.967.543-15



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

QUADRO RESUMO								
Item	Tipo de Serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde. de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D)=(BxC)	Qtde. de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DxE)	Valor Anual (12 meses) Total dos serviços	Valor total da Contratação (60 meses) Total dos serviços
01	Assistente Técnico Administrativo de Nível I	R\$ 11.463,33	1	R\$ 11.463,33	16	R\$ 183.413,28	R\$ 2.200.959,36	R\$ 11.004.796,80
02	Assistente Técnico Administrativo Nível II	R\$ 8.163,33	1	R\$ 8.163,33	83	R\$ 677.556,39	R\$ 8.130.676,68	R\$ 40.653.383,40
Valor total dos serviços						R\$ 860.969,67	R\$ 10.331.636,04	R\$ 51.658.180,20


R7 FACILITIES - MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 11.162.311/0001-73
GILDENILSON BRAZ TORRES
SÓCIO/ADMINISTRADOR
CPF: 717.967.543-15

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 01450.003058/2023-74
 Licitação nº: 08/2023 Pregão nº: 08/2023
 Data do Pregão: 13/09/2023 Horário: 10hs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

B Município/ UF	Brasília/DF
C Convenção Coletiva de Trabalho	SITMMME/DF
D Número do registro da convenção no MTE	DF000398/2023
E Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1 Unidade de medida	Posto de Serviço
2 Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	16
3 Cargo:	Assistente Técnico Administrativo

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra	
1 Tipo do serviço	Apoio Administrativo
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4110-10
3 Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 5.971,89
4 Categoria profissional	Assistente Técnico Administrativo
5 Data base da categoria	01/05/2023
6 Local de prestação dos serviços	Brasília/DF

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração	(%)	Valor (R\$)
A Salário base		R\$ 5.971,89
B Adicional de periculosidade	Não	
C Adicional de insalubridade	Não	
D Adicional noturno		
E Hora noturna adicional		
F Adicional de hora extra no feriado		
G Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO (Incide FGTS, INSS, 13º, Férias, etc...)		R\$ 5.971,89

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Base de Cálculo = Módulo 1

R\$ 5.971,89

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias	
2.1 13º salário e adicional de férias	(%) Valor (R\$)
A 13º salário	8,33% R\$ 497,46
B Férias e Adicional de Férias	12,10% R\$ 722,60
TOTAL	R\$ 1.220,06

Base de Cálculo = Módulo 1 + Submódulo 2.1

7.191,95

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	
2.2 GPS, FGTS e outras contribuições	(%) Valor (R\$)
A INSS	0,00% R\$ -
B Salário Educação	2,50% R\$ 179,80
C Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	2,93% R\$ 210,43
D SESC ou Sesi	1,50% R\$ 107,88
E SENAI ou SENAC	1,00% R\$ 71,92
F SEBRAE	0,60% R\$ 43,15
G INCRA	0,20% R\$ 14,38
H FGTS	8,00% R\$ 575,36
TOTAL	16,73% R\$ 1.202,92

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3 Benefícios Mensais e Diários	SIM/NÃO	Valor	Qt Diário	Dias	Desconto	(%)	Valor (R\$)
A Transporte	SIM	R\$ 5,50	2	21	R\$ 358,31		0
B Auxílio-Refeição/Alimentação	SIM	R\$ 33,60	1	21	R\$ 0,34		R\$ 705,26
C Assistência Médica/Odontológica	NÃO	R\$ -					R\$ -
D Seguro de Vida	NÃO	R\$ -					R\$ -
E Auxílio Funeral	NÃO	R\$ -					R\$ -
F Outros (especificar)	NÃO	R\$ -					R\$ -
TOTAL							R\$ 705,26

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	(%)	Valor (R\$)
2.1 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		R\$ 1.220,06
2.2 GPS, FGTS e outras contribuições		R\$ 1.202,92
2.3 Benefícios Mensais e Diários		R\$ 705,26
TOTAL		R\$ 3.128,24

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO

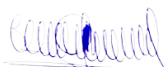
Base de Cálculo = Módulo 1

R\$ 5.971,89

3 Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 25,08
B Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 2,01
C Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado**	3,60%	R\$ 214,99
D Aviso Prévio Trabalhado*	0,04%	R\$ 2,39
E Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	R\$ 0,40
F Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado**	0,40%	R\$ 23,89
TOTAL	4,50%	R\$ 268,75

*De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011.

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE									
Base de Cálculo = Módulo 1 + Módulo 2+ Módulo 3 (subtraindo o VT e VA do Módulo 2)								R\$	8.663,62
Submódulo 4.1 - Ausências Legais									
4.1	Ausências Legais						(%)		Valor (R\$)
A	Férias						0,95%	R\$	82,30
B	Ausências Legais						0,10%	R\$	8,66
C	Licença-Paternidade						0,10%	R\$	8,66
D	Ausências por acidente de trabalho						0,10%	R\$	8,66
E	Afastamento Maternidade						0,10%	R\$	8,66
F	Outros (Especificar)							R\$	-
SUBTOTAL							1,35%	R\$	116,96
Submódulo 4.2 - Intra jornada									
4.2	Intra jornada						(%)		Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação - (Natureza Indenizatória, não incide sobre FGTS, INSS, 13º, Férias, etc...)						0%	R\$	-
TOTAL								R\$	-
*Memória de cálculo Intra jornada = [(Sal.-Base + Periculosidade) / divisor da categoria] * acréscimo Percentual Hora Extra * Quantidade de horas indenizadas do intra jornada.									
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE									
4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						(%)		Valor (R\$)
4.1	Ausência Legais							R\$	116,96
4.2	Intra jornada							R\$	-
TOTAL								R\$	116,96
MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS									
5	Insumos Diversos						(%)		Valor (R\$)
A	Uniformes (custo mensal por empregado)							R\$	-
B	Crachá							R\$	0,42
C	Relógio de ponto Biométrico							R\$	1,35
D	Outros (Especificar)							R\$	-
TOTAL								R\$	1,76
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO									
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro						(%)		Valor (R\$)
A	Custos indiretos						2,0000%	R\$	189,75
B	Lucro						2,8784%	R\$	278,55
C	Tributos								
		C.1	Tributos Federais	PIS	Tributação:	13,15%	0,65%	R\$	74,51
		C.2		COFINS			3,00%	R\$	343,90
		C.3		CPRB			4,50%	R\$	515,85
		C.4	Tributos Municipais	ISS			5,00%	R\$	573,17
TOTAL								R\$	1.975,73
*Para fins de estimativa da CONTRATANTE, em Lucro e Despesas Indiretas - LDI, foram consideradas as despesas administrativas e operacionais (5%) e a margem de lucro (10%)									
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO									
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)								Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração							R\$	5.971,89
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							R\$	3.128,24
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão							R\$	268,75
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente							R\$	116,96
E	Módulo 5 - Insumos Diversos							R\$	1,76
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)								R\$	9.487,60
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro							R\$	1.975,73
VALOR TOTAL POR POSTO								R\$	11.463,33


 R7 FACILITIES - MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA
 CNPJ: 11.162.311/0001-73
 GILDENILSON BRAZ TORRES
 SÓCIO/ADMINISTRADOR
 CPF: 717.967.543-15

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

Processo nº: 01450.003058/2023-74
 Licitação nº: 08/2023 Pregão nº: 08/2023
 Data do Pregão: 13/09/2023 Horário: 10hs

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

B Município/ UF	Brasília/DF
C Convenção Coletiva de Trabalho	SITMMME/DF
D Número do registro da convenção no MTE	DF000398/2023
E Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1 Unidade de medida	Posto de Serviço
2 Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	83
3 Cargo:	Assistente Técnico Administrativo

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra	
1 Tipo do serviço	Apoio Administrativo
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4110-10
3 Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 4.127,26
4 Categoria profissional	Assistente Técnico Administrativo
5 Data base da categoria	01/05/2023
6 Local de prestação dos serviços	Brasília/DF

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração	(%)	Valor (R\$)
A Salário base		R\$ 4.127,26
B Adicional de periculosidade	Não	
C Adicional de insalubridade	Não	
D Adicional noturno		
E Hora noturna adicional		
F Adicional de hora extra no feriado		
G Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO (incide FGTS, INSS, 13º, Férias, etc...)		R\$ 4.127,26

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Base de Cálculo = Módulo 1

R\$ 4.127,26

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias	
2.1 13º salário e adicional de férias	(%) Valor (R\$)
A 13º salário	8,33% R\$ 343,80
B Férias e Adicional de Férias	12,10% R\$ 499,40
TOTAL	R\$ 843,20

Base de Cálculo = Módulo 1 + Submódulo 2.1

4.970,46

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	
2.2 GPS, FGTS e outras contribuições	(%) Valor (R\$)
A INSS	0,00% R\$ -
B Salário Educação	2,50% R\$ 124,26
C Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	2,93% R\$ 145,43
D SESC ou Sesi	1,50% R\$ 74,56
E SENAI ou SENAC	1,00% R\$ 49,70
F SEBRAE	0,60% R\$ 29,82
G INCRA	0,20% R\$ 9,94
H FGTS	8,00% R\$ 397,64
TOTAL	16,73% R\$ 831,35

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3 Benefícios Mensais e Diários	SIM/NÃO	Valor	Qt Diário	Dias	Desconto	(%)	Valor (R\$)
A Transporte	SIM	R\$ 5,50	2	21	R\$ 247,64		0
B Auxílio-Refeição/Alimentação	SIM	R\$ 33,60	1	21	R\$ 0,34		R\$ 705,26
C Assistência Médica/Odontológica	NÃO	R\$ -					R\$ -
D Seguro de Vida	NÃO	R\$ -					R\$ -
E Auxílio Funeral	NÃO	R\$ -					R\$ -
F Outros (especificar)	NÃO	R\$ -					R\$ -
TOTAL							R\$ 705,26

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	(%)	Valor (R\$)
2.1 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		R\$ 843,20
2.2 GPS, FGTS e outras contribuições		R\$ 831,35
2.3 Benefícios Mensais e Diários		R\$ 705,26
TOTAL		R\$ 2.379,82

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO

Base de Cálculo = Módulo 1

R\$ 4.127,26

3 Provisão para Rescisão	(%)	Valor (R\$)
A Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 17,33
B Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 1,39
C Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado**	3,60%	R\$ 148,58
D Aviso Prévio Trabalhado*	0,04%	R\$ 1,65
E Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	R\$ 0,28
F Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado**	0,40%	R\$ 16,51
TOTAL	4,50%	R\$ 185,74

*De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011.

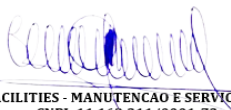
MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE										
Base de Cálculo = Módulo 1 + Módulo 2+ Módulo 3 (subtraindo o VT e VA do Módulo 2)									R\$	5.987,55
Submódulo 4.1 - Ausências Legais										
4.1	Ausências Legais								(%)	Valor (R\$)
A	Férias								0,95%	R\$ 56,88
B	Ausências Legais								0,10%	R\$ 5,99
C	Licença-Paternidade								0,10%	R\$ 5,99
D	Ausências por acidente de trabalho								0,10%	R\$ 5,99
E	Afastamento Maternidade								0,10%	R\$ 5,99
F	Outros (Especificar)									R\$ -
SUBTOTAL								1,35%	R\$ 80,83	
Submódulo 4.2 - Intra jornada										
4.2	Intra jornada								(%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação - (Natureza Indenizatória, não incide sobre FGTS, INSS, 13º, Férias, etc...)								0%	R\$ -
TOTAL									R\$ -	
*Memória de cálculo Intra jornada = [(Sal.-Base + Periculosidade) / divisor da categoria] * acréscimo Percentual Hora Extra * Quantidade de horas indenizadas do intra jornada.										
QUADRO RESUMO DO MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE										
4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários								(%)	Valor (R\$)
4.1	Ausência Legais									R\$ 80,83
4.2	Intra jornada									R\$ -
TOTAL									R\$ 80,83	
MODULO 05: INSUMOS DIVERSOS										
5	Insumos Diversos								(%)	Valor (R\$)
A	Uniformes (custo mensal por empregado)									R\$ -
B	Crachá									R\$ 0,42
C	Relógio de ponto Biométrico									R\$ 1,35
D	Outros (Especificar)									R\$ -
TOTAL									R\$ 1,76	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO										
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro								(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos								2,00000%	R\$ 135,51
B	Lucro								2,58925%	R\$ 178,94
C	Tributos									
	C.1	Tributos Federais	PIS	Tributação:	13,15%			0,65%	R\$ 53,06	
	C.2		COFINS					3,00%	R\$ 244,90	
	C.3		CPRB					4,50%	R\$ 367,35	
	C.4	Tibutos Municipais	ISS					5,00%	R\$ 408,17	
TOTAL									R\$ 1.387,93	
*Para fins de estimativa da CONTRATANTE, em Lucro e Despesas Indiretas - LDI, foram consideradas as despesas administrativas e operacionalas (5%) e a margem de lucro (10%)										
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO										
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)									Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração								R\$ 4.127,26	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários								R\$ 2.379,82	
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão								R\$ 185,74	
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente								R\$ 80,83	
E	Módulo 5 – Insumos Diversos								R\$ 1,76	
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)								R\$ 6.775,41		
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro								R\$ 1.387,93	
VALOR TOTAL POR POSTO								R\$ 8.163,33		

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS****PONTO ELETRÔNICO**

Item	Especificação	QUANTIDADE	Valor Unitário	VALOR TOTAL ANUAL
1	Relógio Ponto Material: Aço , Mostrador: Digital, Tipo: Eletrônico, Funcionamento: Conectado À Rede De Informática , Tratamento Superficial: Pintura Epóxi , Tipo Impressão: Digitais - Biométrico, Características Adicionais: Integração C/Qualquer Rede Software Fr Ponto	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 133,33
VALOR MENSAL RATEADO PARA 99 POSTOS				1,35

CRACHÁ

Item	Especificação	QUANTIDADE	Valor Unitário	VALOR TOTAL ANUAL
1	Crachá - Cartão Identificação Material: Pvc, Comprimento: 86 MM, Largura: 54 MM, Tipo Impressão: Personalizada , Características Adicionais: Com Chip De Proximidade (Interno) , Espessura: 0,75 MM, Aplicação: Controle De Acesso	1	R\$ 5,00	R\$ 5,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 0,42


R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 11.162.311/0001-73
GILDENILSON BRAZ TORRES
SÓCIO/ADMINISTRADOR
CPF: 717.967.543-15

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000398/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/06/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR030930/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.112458/2023-45
DATA DO PROTOCOLO: 23/06/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRAB NAS IND MET MEC MAT ELETRICOS E ELETRONICOS DO DF GO TO, CNPJ n. 00.409.045/0001-14, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ERBAL DE SOUSA AGUIAR;

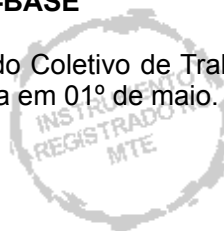
E

R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 11.162.311/0001-73, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). GILDENILSON BRAZ TORRES;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE REPARAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS**, com abrangência territorial em DF.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Fica estabelecido que, retroativo à 1º de maio de 2023 será garantido aos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, um Piso Salarial nunca inferior a R\$ 1.505,88 (um mil quinhentos e cinco reais e oitenta e oito centavos), por mês.

§1º- A empresa pagará o salário já corrigido do mês de junho de 2023.

§2º- O pagamento referente ao retroativo 1º de maio de 2023 será pago nos meses de agosto e setembro de 2023.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL**

O salário dos empregados abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, será reajustado em 1º de maio de 2023 tendo como base o salário vigente a partir de 1º de maio de 2022 com o percentual de

4,92 % (quatro virgula noventa e dois centos) com efeitos retroativos inclusive financeiros a 1º de maio de 2022.

§1º- O pagamento referente ao retroativo 1º de maio de 2023 será pago nos meses de agosto e setembro de 2023.

§2º- Se o reajuste da Convenção Coletiva de Trabalho, for superior ao valor negociado no Acordo Coletivo de Trabalho a empresa fará o pagamento da diferença.

§3º- As cláusulas econômicas não estão abarcadas na prorrogação da vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, devendo ser negociadas anualmente.

§4º- Para o período compreendido, considerando o percentual espontaneamente já concedido pela empresa, esta realizará o pagamento do percentual complementar, quando existente, com efeitos retroativos inclusive financeiros a 1º de maio de 2023.

CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO DO ADMITIDO

Aos empregados admitidos após a data-base maio/2023, fica assegurada a aplicação idêntica de percentual de reajuste salarial, conforme reza a cláusula anterior de seu respectivo período.

PARÁGRAFO ÚNICO: Estas regras não se aplicam às empresas que adotem quadro de pessoal organizado em carreira e em que a correção incida sobre os respectivos níveis ou classes.

CLÁUSULA SEXTA - COMPENSAÇÕES

Serão compensados todos os reajustes e aumentos espontâneos ou compulsórios concedidos no período de 1º de maio de 2023, salvo os decorrentes de promoção, equiparação salarial, transferências, mérito, obtenção de maioridade e término de aprendizagem expressamente cedido a este título.

CLÁUSULA SÉTIMA - ATRASO DE PAGAMENTO

Estabelece-se multa de 5% (cinco por cento) sobre o saldo salarial, na hipótese de atraso no pagamento de salário até 20 (vinte) dias, e de 1% (um por cento) por dia no período subsequente.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO DE MOTORISTA, MOTORISTA VENDENDOR E VENDEDORES

Fica garantido aos integrantes da categoria profissional de motorista, motorista vendedor e vendedor de produtos das Indústrias de Reparação ou Manutenção de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais e Eletrônicos de Uso Doméstico do Distrito Federal, um salário fixo de R\$ 1.642,88 (hum mil seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos) por mês.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento referente ao retroativo 1º de maio de 2023 será pago nos meses de agosto e setembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - SALÁRIO INTEGRAL

Ao empregado afastado do trabalho até 60 (sessenta) dias, em gozo de benefício previdenciário, será garantido, pelo empregador, o pagamento integral do 13º salário.

CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Se a empresa não efetuar o pagamento dos salários em moeda corrente deverá proporcionar aos seus empregados tempo hábil para recebimento no banco.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se empresa pagar seus empregados com cheque nominal liberarão estes, uma hora mais cedo em seu intervalo de refeição, para recebimento no banco.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO

A empresa desde que solicitada pelo empregado concederá aos mesmos, um adiantamento mensal de salário, nas seguintes condições:

- a) O adiantamento será de 40% (quarenta por cento) do salário nominal mensal desde que o empregado já tenha trabalhado na quinzena, o período correspondente;
- b) O adiantamento deverá ser efetuado até dia 20 (vinte) de cada mês. Quando este dia coincidir com sábados, domingos ou feriados deverá ser pago no primeiro dia útil anterior;
- c) Este adiantamento deverá ser pago com salário vigente no próprio mês, desde que as eventuais correções sejam conhecidas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência do pagamento

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
OUTRAS GRATIFICAÇÕES****CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GRATIFICAÇÃO POR CONDUÇÃO DE VEÍCULO DA EMPRESA**

No caso de utilização de veículos de propriedade da empresa, por parte dos empregados em serviços externos, celebrar-se-á contrato individual específico para tal fim, com observância dos seguintes parágrafos:

§1º: O empregado receberá, gratificação por condução do veículo durante a estrita utilização para o atendimento, o valor de 20% (vinte por cento) sobre o seu salário-base, desde que seja completada a

jornada mensal de trabalho estipulada ao mesmo, ou o proporcional aos dias efetivamente trabalhados, na condução do veículo.

§2º: Neste caso o empregado, quando na condução do veículo, será responsável perante a empresa por danos materiais causados por imprudência, imperícia ou negligência e por contravenções cometidas que contrariem a legislação pertinente.

§3º: Não será permitido que o empregado utilize o veículo da empresa para conduzir pessoas não pertencentes ao quadro de empregados. Será de total responsabilidade civil e criminal do mesmo, a desobediência do disposto da presente cláusula.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROMOÇÕES

A promoção do empregado ao exercício de qualquer cargo comportará um período de experiência não superior a 60 (sessenta) dias. Vencido o prazo experimental, a promoção e o aumento de salário serão anotados na CTPS, com vistas ao respectivo pagamento.

COMISSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMISSÕES VARIÁVEIS

Independente de SALÁRIO FIXO a que tenham direitos os integrantes da categoria, na eventualidade de lhes serem deferidas comissões ou qualquer outro salário variável, a média do salário comissional ou variável, para todos os efeitos, inclusive férias, 13º salário, Aviso Prévio e verbas rescisórias, será determinada somando-se os 06 (seis) últimos meses dos seus pagamentos e dividindo-se por 06 (seis).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REGISTRO DE COMISSÕES

A comissão a que tem direito o empregado por força de contrato individual ou coletivo de trabalho, além de no mínimo o PISO SALARIAL e o salário fixo que define o caput das Clausulas 3ª e 8ª, será expressamente anotada na CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL -CTPS, especificando o percentual e a base de cálculo ou outra forma qualquer, se for o caso, mas sempre especificadamente.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INSTITUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Fica estabelecido que será formada uma comissão entre SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MECÂNICAS MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS - SITIMME DF/GO/TO - R7 FACILITIES - SERVIÇOS DE ENGENHARIA para discutir a instituição da Participação nos Lucros e Resultados - PLR, em conformidade com a Lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O objetivo da comissão é promover, fomentar e divulgar a PLR junto a empresa. Se a empresa instituir a PLR fica obrigada a registrar o termo do programa junto ao Sindicato Laboral.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REFEIÇÃO

A partir de 1º de maio de 2023, a empresa fornecerá refeição diária no valor mínimo de R\$ 33,60 (trinta e três reais e sessenta centavos) a seus empregados.

§1º - O pagamento referente ao retroativo 1º de maio de 2023 será pago nos meses de agosto e setembro de 2023.

§2º - A empresa descontará até 1% (um por cento), de seus empregados referente ao valor do vale refeição fornecido.

§3º - Os benefícios aqui estipulados, em nenhuma hipótese serão incorporados aos salários, nem servirão de base de apuração de qualquer verba.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO EDUCAÇÃO

Recomenda-se a empresa utilizar do convênio ME/Salário Educação - para a concessão de bolsas de estudos de 1º grau em escolas particulares, a filhos de empregados.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OUTROS BENEFÍCIOS

A empresa que fornece espontaneamente assistência odontológica, social, psicológica, jurídica ou outra qualquer, vale-transporte integral, cesta básica ou outros benefícios aos seus empregados, decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, fá-lo-á a título de liberalidade, sem a caracterização de salário-utilidade, não integrando os valores correspondentes nos salários, para quaisquer efeitos legais, sejam trabalhistas ou previdenciários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - EMPREGADO EM VIA DE APOSENTADORIA

Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 24 (vinte e quatro) meses da aquisição do direito à aposentadoria, independente da modalidade (tempo) e que tenham, no mínimo, 10 (dez) anos de serviço na atual empresa, fica assegurado emprego e salário durante o período que falta para aposentar-se.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO APOSENTADORIA

A empresa pagará aos seus empregados, no ato da Rescisão de Contrato de Trabalho, 02 (dois) salários nominais, em caso de aposentadoria, por invalidez.

EMPRÉSTIMOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

A empresa da categoria com mais de 50 (cinquenta) empregados prevê a Lei nº. 10.820/03 com a nova data pela Lei nº. 10.953/04.

§1º- Para a consignação com desconto em folha de pagamento, nos termos do artigo 4º, da Lei 10.820/2003, fica a empresa obrigada a firmar convênios com instituições consignatórias com a participação da Entidade Laboral, sob pena de nulidade do desconto em folha, mesmo que autorizado pelo empregado.

§2º- As instituições consignatórias credenciadas pelo Sindicato Laboral para contratação de empréstimos consignados previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, deverão apresentar Carta de Anuência fornecida pelo Sindicato Laboral.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TESTE ADMISSIONAL

- a)** A realização de testes práticos operacionais não poderá ultrapassar a 2 (dois) dias;
- b)** A empresa fornecerá gratuitamente alimentação aos candidatos em testes, desde que coincidentes com os horários de refeições.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - RETENÇÃO DA CTPS - INDENIZAÇÃO

Será devida ao empregado uma indenização correspondente a 01 (um) dia de salário, por dia de atraso, pela retenção de sua CTPS após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, limitado o valor da multa a 06 (seis) vezes o valor do seu salário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO

Aplica-se a esta cláusula, os dispositivos da Lei nº 13.429/2017, ou quando estipulado por Acordo Coletivo de Trabalho obedecendo a legislação vigente à época de realização do referido contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CARTA DE AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será comunicado, por escrito e contra recibo, devendo ser mencionado na comunicação se o Aviso Prévio deve ser trabalhado ou indenizado pela empresa, sob pena de à falta da referida menção, entender-se como Dispensado do cumprimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - HOMOLOGAÇÕES

As rescisões contratuais de empregados dispensados com mais de 9 (nove) meses de serviço na empresa, quando solicitado pelo empregado e/ou pela empresa, serão homologadas pelo Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento das verbas salariais e indenizatórias constante do termo de rescisão será efetuado no ato da rescisão assistida em moeda corrente, cheque visado ou mediante comprovação de depósito em conta corrente, ordem bancária ou ordem bancária de crédito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CARTA DISPENSA

O empregado dispensado sob alegação de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito, sendo-lhe facultado solicitar à empresa para que a mesma decline o motivo da dispensa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRATO DE TEMPO PARCIAL

Na eventualidade de o EMPREGADO ser designado para executar, temporariamente, trabalho fora do local de seu contrato de trabalho, a sua permanência fora da sede fica condicionada a um ajuste prévio entre ele e a empresa, onde serão estabelecidas, dentre outras, as seguintes condições:

- a) duração dos trabalhos fora da sede;
- b) regresso à cidade de origem e tempo em que nela permanecerá para nova saída da sede, sendo o máximo de 60 (sessenta) dias fora da sede e, no mínimo 08 (oito) dias de permanência na sede, dos quais 1 (um) dia de folga remunerada que, necessariamente, deverá recair entre segunda e sexta-feira.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - GARANTIA NA RESCISÃO CONTRATUAL

A liquidação dos direitos trabalhista, resultante das rescisões dos contratos de trabalho, deverá ser efetivada no prazo definido no § 6º do art. 477 da CLT (v. Lei n.º 7.855, de 24.10.89, D.O.U de 25.10.89, pág. 19.221, Seção I):

- a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou
- b) até o 10º (décimo) dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do Aviso Prévio, indenização do mesmo ou dispensa do seu cumprimento.

§ 1º- A inobservância do disposto nas alíneas “a” e “b” desta cláusula, sujeitará a empresa ao pagamento de uma multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário devidamente corrigido pelo índice da variação da TRD, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora (§ 8º do art. 477, da CLT, introduzido pela Lei n.º 7.855/89).

§ 2º- Comparecendo a empresa, no Sindicato Laboral, para proceder a homologação de rescisão de contrato de seu empregado e, ciente o obreiro, antecipadamente, do dia e hora da referida homologação, mas mesmo assim não comparecendo para a formalização da ASSISTÊNCIA de que trata o § 1º do art. 477 da CLT, fica o Sindicato obrigado a fornecer à empresa, desde que esta solicite, no ato, verbalmente ou por escrito, certidão da ocorrência.

§ 3º- As diferenças apuradas na rescisão de contrato de trabalho serão pagas em até 10(dez) dias após a homologação ou conhecimento do fato gerador de tais diferenças, sob pena da multa prevista no §8º do Artigo 477 da CLT.

MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA/TERCEIRIZAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA/ TERCEIRIZADA

Aplica-se a esta cláusula, os dispositivos da Lei nº 13.429/2017, ou quando estipulado por Acordo Coletivo de Trabalho obedecendo a legislação vigente à época de realização da contratação de mão de obra terceirizada ou temporária.

CONTRATO A TEMPO PARCIAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - COMPROMISSO RELACIONADO COM A CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS

Fica estabelecido que o Acordo Coletivo de Trabalho ACT, abrangerá qualquer categoria profissional a qual a R7 Facilities Serviços de Engenharia venha contratar para seu quadro de empregados, estando em pleno acordo com a doutrina e jurisprudência dominantes que asseguram que o enquadramento sindical é atrelado a atividade fim da empresa, independente da categoria profissional contratada. Nos termos do art. 511, §1º da CLT, que determina a associação em função da atividade econômica preponderante do empregador.

PARAGRAFO ÚNICO: Atendida a Legislação de Regência consubstanciada no art. 544 da CLT, as Empresa mencionada na Cláusula 2ª desta Convenção, no ato de contratação de empregados, darão preferência aos empregados associados, ou antes, associados a qualquer Entidade Sindical.

ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESTUDANTE

A empresa concederá para seus empregados estudantes matriculados em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, nos dias destinados às provas, quando estas, comprovadamente, coincidirem com a primeira aula, o direito de se ausentarem do trabalho, 02 (duas) horas antes do término normal do expediente. Isto ocorrerá sem prejuízo da remuneração, desde que pré-avisado o empregador, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e mediante a comprovação da realização da prova.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - APROVEITAMENTO DE DEFICIENTES FÍSICOS

A empresa, na medida de suas possibilidades, promoverá a admissão de deficientes físicos em suas funções compatíveis.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - VIAGENS

A empresa que, em função dos serviços em outras localidades fora do Distrito Federal tiverem que deslocar seus empregados, ficará obrigada a cobrir as despesas de viagem e estada, necessárias ao cumprimento dos seus respectivos serviços.

ESTABILIDADE GERAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE ESPECIAL

Será garantida a estabilidade no emprego ao empregado, quando retornar do gozo de férias, até 30 (trinta) dias.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AMAMENTAÇÃO

É garantido às mulheres, no período de amamentação, o recebimento do salário, sem prestação de serviços, quando o empregador não cumprir as determinações dos parágrafos 1º e 2º do artigo 389 da CLT.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DESCONTO EM FOLHA**

Fica permitido à empresa o desconto em folha de pagamento, mediante o presente Acordo Coletivo de Trabalho entre SITIMME/DF/GO/TO e a INSTITUIÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIOS quando oferecidas a contraprestação de Planos Médicos e Odontológicos com a participação dos empregados nos custos, Mensalidade Sindical, Seguro de Vida em Grupo, Vale Transporte, Alimentação. Crédito Consignado, quando expressamente autorizado pelo empregado.

§ 1º- O SITIMME/DF/GO/TO, através de formulário apropriado, encaminhará para a empresa, até o dia 05 (cinco) de cada mês, a relação nominal de empregados a serem descontados no referido mês, contendo nome, número da matrícula e valor dos descontos a serem efetuados, observados os limites legais.

§ 2º- Se por qualquer motivo não for efetuado o desconto na folha de pagamento do valor referente a qualquer empregado sindicalizado e indicado no formulário encaminhado à empresa, está se obriga a informar ao SITIMME/DF/GO/TO, por escrito, a razão por que não efetuou o desconto.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - HORÁRIO TRANSPORTE**

O encerramento do expediente que se verificar no período noturno, nas empresas que não fornecem transporte coletivo, deverá coincidir com os horários cobertos normalmente por serviços de transporte postos à disposição da população pelo Governo ou através de concessões.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO

Fica assegurada aos empregados integrantes do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, uma jornada de trabalho nunca superior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, trabalhadas de segunda a sábado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - HORÁRIO DE CARNAVAL

No período de carnaval a empresa se obriga a cumprir os seguintes horários: 2ª e 3ª feira: fechada; 4ª feira: início das atividades às 12h.

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa, facultativamente, fará acordo com seus empregados quanto à compensação da 2ª feira.

DESCANSO SEMANAL**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DESCANSO SEMANAL**

O pagamento do repouso semanal incluirá a média de horas extras da semana, quinzena ou mês anterior, conforme a modalidade de pagamento.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MARCAÇÃO DO CARTÃO DE PONTO NOS HORÁRIOS DE REFEIÇÃO

A empresa poderá dispensar os empregados da marcação do cartão de ponto nos horários de início e término de refeição.

FALTAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - MULHER ABONO DE FALTAS PARA O EXAME DE PREVENÇÃO DO CÂNCER

As mulheres terão direito a 01 (um) dia de falta serviço a cada 6 (seis) meses, abonadas para submeterem-se a exames de prevenção de câncer.

FÉRIAS E LICENÇAS LICENÇA MATERNIDADE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - GARANTIA À GESTANTE

A empregada gestante terá garantia assegurada de emprego e salário, desde a comprovação do seu estado gravídico, até 05 (cinco) meses após o parto, nos termos do art. 10, Inc.II, alínea "b", dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARAGRAFO ÚNICO: Para amamentar o filho até que este complete 6(seis) meses de idade, a empregada terá direito durante a jornada de trabalho a dois intervalos especiais de meia hora por dia, ou encerrar suas atividades com 1(uma) hora de antecedência.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - LICENÇA PARA CASAMENTO

No caso de o (a) empregado (a) afastar-se para casamento, terá licença remunerada de 5 (cinco) dias uteis e consecutivos.

PARAGRAFO ÚNICO: Não será considerado o sábado, no presente caso, dia útil.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA PATERNIDADE

No caso de nascimento de filho (a), o empregado terá licença de 10 (dez) dias consecutivos, mediante a apresentação da certidão de registro, contados a partir do dia seguinte a data do nascimento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - AVISO DE FÉRIAS

A empresa comunicará aos seus empregados a data de início do período de gozo de férias, com 30 (trinta) dias de antecedência;

a) O início das férias não poderá coincidir com domingos, feriados ou dias compensados de acordo com a Lei n.º 7.414, de 09.12.85 (D.O.U de 10.12.85);

b) O pagamento da remuneração correspondente ao período de férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início, nos termos do art. 145 da CLT, oportunidade em que, também, será pago o abono de que trata o inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FÉRIAS PROPORCIONAIS - PEDIDO DE DEMISSÃO

Todo empregado que pedir demissão antes de completar 12 (doze) meses de trabalho na empresa terá direito as férias proporcionais.

**SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

A empresa fornecerá aos seus empregados uniformes, calçados e equipamentos de proteção individual, quando exigidos pelo serviço ou normas das mesmas, ficando os empregados obrigados ao uso correto durante o serviço.

INSALUBRIDADE**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - INSALUBRIDADE**

Fica estabelecido que a empresa em que sua atividade exista qualquer risco a saúde do empregado, a mesma ao dispensá-lo se obriga a entregar no ato do despedimento o DSS 8030 (antigo SB 40) e o respectivo laudo técnico de condições insalubre ou perigosa.

EXAMES MÉDICOS**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO**

Os referidos atestados, serão submetidos a ratificação dos serviços médicos próprios das empresas ou convênios, caso estas os tenham.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - EXAME MÉDICO DEMISSSIONAL

Será dispensado para fins de homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado a menos de 270 (duzentos e setenta) dias, para as empresas de grau de

risco 1 e 2, ou menos de 180 (cento e oitenta) dias, para as empresas de grau 3 e 4, do Quadro I da NR-4, conforme disposições da NR-7 e da Portaria n.º 08, de 08/05/98, da SSST/MTb.

ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ACIDENTE DE TRABALHO

A empresa se obriga a comunicar, imediatamente, ao SINDICATO a ocorrência de acidentes fatais ou potencialmente graves, encaminhando o CAT respectivo, até 48 (quarenta e oito) horas, após a ocorrência.

RELAÇÕES SINDICAIS

SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ACESSO PARA SINDICALIZAÇÃO

O empregador permitirá o acesso de pessoas credenciadas pelo Sindicato Laboral, em seus escritórios ou locais de trabalho, para procederem a sindicalização dos trabalhadores interessados, devendo o Sindicato Laboral comunicar a visita de seus prepostos ao empregador, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

PARAGRAFO ÚNICO: O acesso às dependências será permitido desde que acompanhado e autorizado por representante da empresa, e, que o mesmo não comprometa a execução dos serviços.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - AVISO À CATEGORIA

A empresa permitirá que o Sindicato da Categoria Profissional utilize seus quadros de avisos ou editais para a comunicação oficial do Sindicato, exclusivamente nos assuntos de interesse da Categoria Profissional.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os Dirigentes Sindicais da Entidade Profissional serão liberados para comparecimento às Assembleias, Congresso ou Reunião da Diretoria sem prejuízo de seus salários, sendo consideradas faltas justificadas.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADE DE DELEGADO SINDICAL

Os empregados quando eleitos para exercerem o cargo de Delegado Sindical terão estabilidade no emprego, a partir da sua eleição e até 01 (um) ano após a sua destituição.

§1º- Não poderá ser eleito mais de um Delegado Sindical na mesma empresa.

§2º- Para que a empresa tome conhecimento deste fato o Sindicato Profissional conveniente deverá dar ciência a mesma, dentro das 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem aos atos de eleição ou de destituição do Delegado Sindical.

§3º- Somente as empresas com 30 (trinta) ou mais empregados poderão eleger Delegados Sindicais que, obrigatoriamente, deverão contar com, no mínimo, 02 (dois) anos de atividade na empresa.

§4º- O Delegado Sindical quando eleito, terá como mandato a mesma periodicidade que os Diretores da Categoria Profissional.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO DE CAMPANHA SALARIAL/ BENEFÍCIOS 2023/2024

Acatando decisão da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da Categoria Profissional, realizada no dia 10 de fevereiro de 2023, tal como consta no Edital de Convocação publicado no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Seção 3, Nº 24 do dia 02/02/2023, considerando os benefícios conquistados pela entidade sindical para toda a categoria e colocados à disposição dos trabalhadores, em especial aqueles elencados pela Súmula 342 do TST, as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, nos termos da legislação vigente, descontarão de seus empregados, associados ou não à entidade sindical, 2% (dois por cento), de seu salário (incluindo no mencionado valor a parte variável da remuneração), correspondente ao mês de junho de 2023, 2% (dois por cento), correspondente ao mês de novembro de 2023, no exercício de suas atividades representativas e promocionais.

§1º- As importâncias de que trata a presente Cláusula, serão recolhidas na rede bancária, conforme especificação no boleto em favor da Entidade Laboral e ou empresa gestora de benefícios credenciada pela entidade, ou na tesouraria do Sindicato Interestadual dos Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás e Tocantins, localizado no SDS Bloco: B Lote: 27, Edifício Eldorado, 4º andar, sala:404 (CONIC), CEP: 70.392-901 - Asa Sul - DF, até os dias 10 de julho de 2023, 10 de dezembro de 2023

§2º- Para complementação de informações sobre o efetivo desconto e repasse das contribuições previstas na presente cláusulas, as empresas, quando solicitadas pela entidade laboral, e/ou pela empresa gestora de benefícios credenciada pela entidade laboral, fornecerão a relação de seus empregados contendo Nome, CPF, data de nascimento número de PIS e salário.

§3º- As guias de recolhimento da contribuição de campanha salarial e de benefícios colocados à disposição dos trabalhadores que se verificará conforme especificado no parágrafo primeiro, poderão ser solicitadas pelo endereço eletrônico tesouraria@sindmetalurgicos.org.br e também estarão à disposição das empresas através do Home Page: www.sindmetalurgico.org.br, bem como as Convenções Coletivas de Trabalho.

§4º- Atendendo a decisão INDIVIDUAL DO EMPREGADO em não contribuir com o Sindicato pelas conquistas dos benefícios da presente Convenção Coletiva de Trabalho, o direito à oposição será assegurado quando feito individualmente, de próprio punho, e entregue pelo trabalhador interessado diretamente na secretaria do sindicato, ou enviado por e-mail oposicao7@sindmetalurgicos.org.br a partir da data de assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho e, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contando da data do desconto disposto no caput desta cláusula, mediante cópia do comprovante de pagamento/depósito no qual conste o referido desconto.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - MENSALIDADE ASSOCIATIVA

A empresa descontará a título de mensalidade de seus empregados associados 2% (dois por cento) do piso da categoria estipulado na cláusula 3ª da presente Convenção Coletiva de trabalho e repassará à Entidade Sindical laboral até o dia 10 do mês subsequente ao desconto.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - PUBLICIDADE

As partes convenientes obrigam-se a promover ampla publicidade deste Acordo Coletivo de Trabalho principalmente através de fixação de cópias nos locais de trabalho e de fácil leitura por parte dos beneficiários.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - MULTA

Fica estipulada uma multa correspondente a um Piso Salarial pelo descumprimento de qualquer uma das cláusulas aqui celebradas, na forma seguinte:

- a) em favor do empregado, por conta da empresa, quando o mesmo for diretamente atingido;
- b) em favor do SINDICATO LABORAL, por conta da empresa, quando este for prejudicado, por eventuais descumprimentos das Cláusulas 38ª e 59ª, tendo seus valores corrigidos pelo mesmo índice de correção dos salários.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - FORMALIDADES

Todas as exigências do art. 613 da CLT foram regularmente cumpridas, de sorte a que as partes reconheçam este Termo.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - REUNIÕES

Em razão da cláusula 4º deste ACT, fica determinada a realização de reuniões nas datas estipuladas pelos convenientes com vistas a tratar de assuntos da ACT 2023/2024.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA/ BENEFÍCIOS

Faculta-se a empresa contratar Planos de Saúde e Odontológico e disponibilizar para adesão dos empregados e dos dependentes legais que estes decidam incluir, até o máximo de 2 (dois) dependentes, este oferecido por corretora conveniada com o Sindicato Laboral e Sindicato Patronal.

§1º- As Corretoras de Seguros Credenciada pelo Sindicato Laboral para contratação do Plano de Saúde previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, deverão apresentar Carta de Anuência fornecida pelo Sindicato Laboral.

§2º- Os valores de adesão serão aqueles previstos nas tabelas apresentadas pela(s) corretora(s) credenciada(s) no ato da contratação, tabelas estas, previamente aprovadas pelos sindicatos convenientes.

§3º- Conforme estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho e pela Lei Orgânica da Previdência Social, o custo do Plano de Saúde está expressamente excluído do cálculo dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos.

§4º - A adesão dos dependentes do empregado, ao Plano de Saúde, fica limitado a esposa, companheira e filhos.

§5º- O empregado poderá incluir outros dependentes, além dos mencionados e neste caso, arcará com o custo integral dos mesmos.

§6º- O Plano de Saúde incluído nesta cláusula é o equivalente ao denominado “plano básico” ou “regional” ou “enfermaria”.

§7º- O empregado que optar por Plano de Saúde superior ao “básico” arcará com o pagamento da diferença.

§8º- O Plano de Saúde conveniado não deverá excluir a possibilidade de participação dos empregadores (proprietários, sócios, diretores) e seus dependentes legais, sem alteração dos custos relativos aos dos empregados.

§9º- Exclui-se do caput desta cláusula as empresas que mantêm qualquer tipo de assistência médica.

§10- O empregado que desejar participar do Plano de Saúde, deverá requerer à empresa expressamente por escrito.

§11- As despesas por parte do empregado com o custeio do Plano de Saúde conveniado não integram a remuneração do empregado para quaisquer efeitos legais.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - DESCONTO DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

A ocorrência de 01 (um) atraso ao trabalho durante a semana, desde que não superior a 15 (quinze) minutos, não acarretará o desconto do Repouso Semanal Remunerado (R.S.R.).

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAS EXTRAORDINÁRIAS

A empresa remunerará o trabalho extraordinário de seus empregados na forma seguinte:

- a)** 50% (cinquenta por cento) de acréscimo em relação à hora normal, quando prestadas de segunda a sábado;
- b)** 100% (cem por cento) de acréscimo em relação à hora normal, quando prestadas aos domingos e feriados;
- c)** se a empresa já concede vantagens a mais fica impossibilitadas de reduzi-las;
- d)** o serviço extraordinário será registrado no mesmo cartão de ponto que ocorrer o registro do horário normal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - GARANTIAS DO EMPREGADO AFASTADO TEMPORARIAMENTE

Aos empregados afastados do serviço por doença, percebendo o benefício previdenciário, por no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, serão garantidos emprego e salário, a partir da comunicação da sua alta ou cessação do benefício, até 90 (noventa) dias após.

PARAGRAFO ÚNICO: Estes empregados não poderão ter seus contratos rescindidos pelo empregador, a não ser em razão de falta grave ou mútuo acordo entre empregado e empregador e com a assistência do Sindicato da Categoria Profissional.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - IGUALDADE NAS SUBSTITUIÇÕES

Designado o EMPREGADO para substituir um outro titular de salário superior, fica a empresa obrigada a pagar ao substituto, no mínimo, um salário igual ao do substituído, à exceção das vantagens pessoais, qualquer que seja o motivo ou o tempo da substituição.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - TRANSPORTE

O empregador fornecerá, sem qualquer ônus para os seus empregados, os vales transportes ou reembolso necessários ao deslocamento da residência ao trabalho e vice-versa, cujo gasto exceder a 6% (seis por cento) do salário básico, conforme Lei n.º 7.418, de 16 de dezembro de 1985, com as modificações introduzidas pela lei n.º 7.619, de 30 de setembro de 1987.

§1º - Se a empresa concede vantagens superiores fica impossibilitada de reduzi-las.

§2º - Para os empregados sindicalizados e em gozo de seus direitos e deveres estatutariamente previstos o desconto será de 3% (três por cento).

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CHEQUES

Se a empresa autorizar o recebimento de cheques, os empregados deverão anotar no seu verso o número da carteira de identidade do emitente, e no telefone, bem como conferir que estejam assinados e preenchidos corretamente todos os espaços próprios, cujo valor deverá corresponder ao valor da venda e/ou serviço prestado. As empresas obrigam-se a orientar seus empregados, na ocasião da contratação, do procedimento supramencionado.

§1º - Havendo desconto nos salários, este deverá ser discriminado expressamente no recibo de pagamento, sob pena de sua ilegalidade.

§2º - As partes reconhecem que, cumpridas as formalidades e discriminado no recibo de pagamento, este desconto enquadrar-se-á na hipótese do artigo 462 da CLT.

§3º - Quando a eventual devolução de cheques sem pagamento ou compensação ocorrer por insuficiência de fundos ou encerramento de conta, a responsabilidade será exclusiva do empregador, não podendo, em nenhuma hipótese, proceder o desconto na remuneração de seus empregados e nem transferir a estes a tentativa de cobrança.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - VESTIBULANDO

A empresa concederá aos seus empregados que venham a prestar provas de vestibular, quando estas comprovadamente coincidirem com o horário de trabalho, o direito de, durante o período em que estiverem realizando as ditas provas, se ausentarem do trabalho, sem prejuízo de remuneração, desde que o empregador seja previamente avisado no mínimo 05 (cinco) dias antes, mediante a comprovação através de ficha de inscrição ou qualquer outro documento que possa servir de comprovante.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - RETORNO DO SERVIÇO NO PRAZO DE GARANTIA

No caso de a empresa ter que refazer o serviço anteriormente executado, motivado por defeitos na sua execução original caberá ao empregado que o executou a obrigação de refazê-lo até o limite do anteriormente executado, sem receber a remuneração, desde que, o empregado tenha culpa comprovada na execução.

PARAGRAFO ÚNICO: Na eventual impossibilidade do executor do serviço de que trata o caput desta Cláusula não poder refazê-lo e sendo designado outro empregado para tal, a remuneração devida ao segundo executor será descontada do primeiro executor.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - REVISTA

Se a empresa adotar o sistema de revista nos empregados o farão em local adequado e por pessoa do mesmo sexo, evitando-se eventuais constrangimentos.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - DECLARAÇÃO DE IRRF E AAS

Ocorrendo o distrato do empregado por qualquer motivo, a empresa fornecerá ao mesmo, por ocasião da liquidação da rescisão contratual:

- a) Declaração de Rendimentos e Salários, para fins do IR;
- b) Atestado de Afastamento e Salários (AAS), para fins de benefício junto ao INSS.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

Fica o presente Acordo Coletivo de Trabalho instituído o BANCO DE HORAS, na forma que autoriza o art. 59 da CLT, alterado pela Lei nº. 13.467/17. Para todos os empregados, que servirá para controle da jornada de trabalho no que concerne aos seus excessos e respectivas compensações na forma acordada neste instrumento.

Parágrafo primeiro - O Banco de Horas será instituído para os empregados que praticam jornada de até 8 horas diárias.

Parágrafo segundo- O horário de trabalho praticado pela a empresa será de acordo com o que melhor convier as necessidades da mesma, sempre prezando a integridade física e condições humanas do empregado.

Parágrafo terceiro- A jornada de trabalho poderá ser prorrogada em até 02 (duas) horas diárias.

Parágrafo quarto- O controle das horas trabalhadas e das compensações será feito por meio do Ponto Eletrônico individual, no qual será capturada as batidas diárias de entrada / saída para intervalo e entrada e saída final do expediente. E será demonstrado no cartão ponto ao final de cada mês o saldo de horas positivas e negativas realizadas no mês bem como o saldo acumulado de todas as horas, para controle.

Parágrafo quinto- Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedente de 5 minutos no início da jornada do trabalho e 5 minutos no fim da jornada do trabalho, observado o limite máximo de 10 minutos diários.

a) A jornada deve ser cumprida diariamente em sua totalidade, devendo sempre o funcionário se preocupar com as compensações por atrasos e os intervalos intrajornada, conforme artigo acima.

Parágrafo sexto - As horas excedentes que por ventura ocorram desde que autorizadas pela Contratante / Chefia imediata, serão computadas como créditos em favor do empregado, obedecendo-se o disposto do artigo 59 da CLT parágrafo 2º.

Parágrafo sétimo - As horas não trabalhadas que por ventura ocorram, desde que autorizadas pela Contratante / Chefia imediata, serão computadas como débitos no cartão ponto individual do empregado e serão deduzidas do seu saldo remanescente.

Parágrafo oitavo - As horas excedentes da jornada diária de trabalho, para fins de compor o Banco de Horas, serão compensadas à base de 01 (uma) hora trabalhada por 1h30 (uma hora e trinta minutos) não trabalhada, com exceção de domingos e feriados compensados que obedecerão aos acréscimos previstos em lei, ou seja, 1h hora trabalhada para 2h de banco de horas.

Parágrafo nono- Para a compensação de folga de horas creditadas, fica acordado que as partes deverão ser previamente comunicadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo décimo- A compensação do saldo crédito de banco de horas deverá ocorrer no máximo em 1 (um) ano. Havendo saldo crédito remanescente ao término de 1 (um) ano, ou antecipadamente a critério da empresa, será este calculado e pago com o adicional de 50% (cinquenta por cento), sobre o valor da hora normal vigente a data do acerto, em conformidade com o artigo 59 § 1º da CLT.

Parágrafo décimo primeiro - Caso haja saldo de horas débito remanescente do empregado e não compensado ao longo de 1 (um) ano, perderá a empresa o direito de exigí-las, e deverão ser zeradas para apuração de um novo período.

Parágrafo décimo segundo- Por ocasião da rescisão de contrato de trabalho será feito a apuração final do saldo de horas créditos, e o cálculo far-se-á tomando-se como base o valor da hora vigente da data da rescisão.

Parágrafo décimo terceiro - Caso haja saldo de horas débito remanescente do empregado, perderá a empresa o direito de descontá-las em rescisão de contrato de trabalho.

Parágrafo décimo quarto - O saldo crédito/débito do empregado no banco de horas poderá ser acertado de forma conveniente entre as partes.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho, para dirimir quaisquer divergências na aplicação do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA

Fica pactuado entre a entidade que a empresa contratará em favor de seus empregados, seguro de vida e acidentes nas modalidades abaixo, podendo a empresa fazer opção pela oferta de apólice que melhor atender as partes.

§ 1º- A empresa deverá encaminhar para a entidade laboral, sob pena de multa prevista na CCT, no prazo de até 60 (sessenta) dias da homologação do presente instrumento normativo junto ao MTE, cópia da apólice contratada e relação de empregados segurados.

§ 2º- No caso de demissão do trabalhador, a empresa deverá fornecer ao mesmo, no ato da homologação de suas verbas rescisórias, cópia da respectiva apólice de seguro, acompanhada do recibo de pagamento do seguro referente ao último mês trabalhado, considerado o período do aviso prévio, seja indenizado ou trabalhado.

§ 3º- A não apresentação da apólice ou a falta de contratação implicará na obrigação da empresa em reembolsar ao trabalhador todas as mensalidades referentes ao período do contrato de trabalho, acrescida de multa de 10% e correção monetária, bem como o pagamento de multa prevista na CCT.

I - Nos casos de morte ou invalidez, a falta da contratação implicará na obrigação da empresa em reembolsar ao empregado ou seus familiares o maior prêmio previsto na presente cláusula

• SEGURO DE VIDA MODALIDADE PASI

A empresa fará, em favor dos seus empregados, independentemente da forma de contratação, um Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo, modalidade PASI, observadas as seguintes coberturas mínimas:

§ 1º - O prêmio de seguro poderá ser parcialmente contributivo, ou seja, até 50% (cinquenta por cento) do seguro é custeado pelos segurados e o restante pela empresa

Das coberturas mínimas

I - R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em caso de Morte do empregado (a), independentemente do local ocorrido

II - R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em caso de Invalidez Permanente (Total ou Parcial) do empregado (a), causada por acidente, independentemente do local ocorrido, atestado por médico devidamente qualificado, discriminando detalhadamente, no laudo médico, as sequelas definitivas, mencionando o grau ou percentagem, respectivamente, da invalidez deixada pelo acidente.

III – R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em caso de Invalidez Permanente total adquirida no exercício profissional, será pago ao empregado 100% (cem por cento) do Capital Básico Segurado para a Cobertura de MORTE, limitado ao Capital Segurado mínimo exigido pelo Acordo Coletivo de Trabalho, mediante declaração médica, em modelo próprio fornecido pela seguradora, assinado pelo médico ou junta médica, responsável pelo laudo, caracterizando a incapacidade decorrente da doença profissional, obedecendo ao seguinte critério de pagamento

III.1: Fica entendido que empregado fará jus através da cobertura PAED, somente será devida no caso em que o próprio segurado seja considerado INVÁLIDO DE FORMA DEFINITIVA E PERMANENTE POR DOENÇA PROFISSIONAL, cuja doença seja caracterizada com DOENÇA PROFISSIONAL que o impeça de desenvolver definitivamente suas funções e pela qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação e desde que a data do início de tratamento e/ou diagnóstico da doença profissional caracterizada seja posterior à data de sua inclusão no seguro, e quando haver sua permanência contratual na empresa contratante, devidamente comprovada por relação ou proposta de adesão

III.2: Desde que devidamente comprovada e antecipada a indenização de invalidez de doença profissional, o segurado será excluído do seguro, em caráter definitivo, não cabendo o direito de nenhuma outra indenização futura ao mesmo segurado, mesmo que este segurado venha desempenhar outras funções na empresa ou em qualquer outra atividade neste ou outra empresa no País ou Exterior.

III.3: Caso não seja comprovada a caracterizada da Invalidez adquirida no exercício profissional, o segurado continuará em vigor, observado as demais condições contratuais.

III.4: Caso o Empregado já tenha recebido indenizações contempladas pelo Benefício PAED ou outro semelhante, em outra seguradora, fica o mesmo Empregado sujeito às condições desta cláusula, sem direito a qualquer indenização.

IV - Ocorrendo a morte do empregado (a), independentemente do local ocorrido, os beneficiários do seguro deverão receber 50 kg de alimentos;

V - Ocorrendo a morte do empregado (a), a apólice de Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar uma cobertura para os gastos com a realização do sepultamento do mesmo, no valor de até R\$ 2.160,00 (Dois mil, cento e sessenta reais).

VI - Ocorrendo a morte do empregado (a), a empresa ou empregador receberá uma indenização de até 10% (dez por cento) do capital básico vigente, a título de reembolso das despesas efetivadas para o acerto rescisório trabalhista, devidamente comprovado;

VI.1 - As indenizações, independentemente da cobertura, deverão ser processadas e pagas aos beneficiários do seguro, no prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas após a entrega da documentação completa exigida pela Seguradora;

VI.2 - Os valores das coberturas mínimas ajustadas nesta cláusula, sofrerão, anualmente, atualizações pela variação do IPCA

VI.3 - A partir do valor mínimo estipulado e das demais condições constantes do “caput” desta Cláusula, ficam as empresas livres para pactuarem com os seus empregados outros valores, critérios e condições para concessão do seguro, bem como a existência ou não de subsídios por parte da empresa e a efetivação

ou não de desconto no salário do empregado (a), o qual deverá se for o caso, incidir apenas na parcela que exceder ao limite acima.

VI.4 - Aplica-se o disposto na presente Cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive os empregados (as) em regime de trabalho temporário, autônomos (as) e estagiários (as) devidamente comprovado o seu vínculo.

VI.5 - As coberturas e as indenizações por morte e/ou por invalidez, previstas nos incisos I e II, do caput desta cláusula, não serão cumuláveis, sendo que o pagamento de uma exclui a outra.

VI.6 - A empresa e/ou empregadores não serão responsabilizadas, sob qualquer forma, solidária ou subsidiariamente, na eventualidade da Seguradora contratada não cumprir com as condições mínimas aqui estabelecidas, salvo quando houver prova de culpa ou dolo.

VI.7 - A presente cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços.

• SEGURO DE VIDA MODALIDADE SUSEP

Por esta cláusula fica convencionado que a empresa deverá manter e custear com 100% (cem por cento) seguro de vida em grupo, reajustável anualmente e que ofereça assistência 24hrs nos 365 dias do ano, obedecendo aos termos técnicos regulamentados pela SUSEP e garanta as seguintes coberturas:

I- Morte Natural- R\$ 5.000.00

A família do segurado receberá a indenização de R\$5.000.00 em caso de seu falecimento.

II- Antecipação do Seguro -R\$2.500.00

Em caso de doença em fase terminal atestada por diagnóstico médico, a família do segurado terá antecipado 50% do valor do seguro por morte natural.

III- Morte Acidental- R\$ 10.000.00

A família do segurado receberá a indenização de R\$ 10.000.00 em caso de seu falecimento por acidente.

IV- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente.

No caso de um acidente que determine a invalidez permanente total do segurado a indenização devida será de R\$10.000.00, e nos casos que o acidente determine invalidez permanente parcial, a indenização será proporcional em função do tipo e do grau da invalidez, conforme estabelece a tabela da seguradora detentora da apólice do seguro.

V- Verba Rescisória – Indenização à Empresa.

Garante à empresa uma indenização referente ao reembolso das despesas efetuadas com a rescisão do contrato de trabalho por morte do empregado, estando essa indenização limitada ao percentual de 15% (quinze por cento) do valor da indenização por morte natural.

VI- Assistência Funeral

A seguradora detentora da apólice do seguro deverá providenciar em caso de falecimento de empregado segurado, completo serviço de funeral e sepultamento ou cremação, estando esse serviço limitado ao valor de R\$3.500.00

VII- Auxílio alimentação

Em caso do falecimento do segurado titular a seguradora detentora da apólice do seguro deverá indenizar à família dele com uma cesta básica no valor de R\$100.00 mensalmente e por um período de 12 meses.

§1º- O seguro de vida de que trata essa cláusula não possui natureza salarial não sendo incorporada a remuneração do empregado por não se constituir em contraprestação de serviço.

§2º- Em caso de rescisão do contrato de trabalho o empregado perderá automaticamente o seguro de vida de que trata essa cláusula.

§3º- Todos os trabalhadores bem como a empresa abrangida por esse Acordo Coletivo de Trabalho, associadas ou não as entidades convenientes, deverão acatar e aplicar as normas contidas nessa cláusula na forma da legislação em vigor. Em caso de descumprimento de qualquer norma dessa cláusula, a empresa pagará ao empregado no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, valor idêntico ao das contribuições mensais do seguro de vida de que trata essa cláusula, acrescido de multa de 6%AA relativo ao período compreendido entre a data de admissão do empregado, até o da data de demissão do mesmo. Para os casos de morte natural, acidental e invalidez permanente total ou parcial por acidente do empregado, a empresa que não mantiver o seguro de vida, pagará indenização ao empregado ou à sua família em valor igual ao estipulado pelo seguro de vida em suas respectivas coberturas.

}

**ERBAL DE SOUSA AGUIAR
PRESIDENTE
SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRAB NAS IND MET MEC MAT ELETRICOS E ELETRONICOS DO DF GO TO**

**GILDENILSON BRAZ TORRES
SÓCIO
R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**

ANEXOS ANEXO I - ATA AGE

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



**SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO DO
DISTRITO FEDERAL E DOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS - SITIMME/DF/GO/TO**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, PARA A REALIZAÇÃO DO
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2025 DA R7 FACILITIES - SERVIÇOS DE
ENGENHARIA**

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2023, às dezesseis horas em primeira convocação e dezesseis e trinta em segunda convocação reuniram, por vídeo conferência, <https://m.teamlink.co/8446462450> os trabalhadores da R7 FACILITIES - SERVIÇOS DE ENGENHARIA - CNPJ: 11.162.311/0001-73, localizada no SIA Trecho 17, rua 14, prédio nº170, Guará Brasília, DF, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Deliberação e discursão do Acordo Coletivo de Trabalho; b) Deliberação e discursão da proposta Patronal; c) Contribuição de Campanha Salarial e Benefícios 2023/2024; d) Assuntos Gerais, representado pela empregada da Entidade Sindical Kleydna Carolina M. Rodrigues. Dando início aos trabalhos, a colaboradora da entidade Kleydna Carolina, agradeceu a presença de todos. Ao iniciar a assembleia dos trabalhadores às 16hs 00min, estavam presentes o número de sessenta pessoas e na segunda convocação o número de trezentos e trinta e cinco trabalhadores. Feito os esclarecimentos iniciais passou a análise da ordem do dia. a) Deliberação e discursão do Acordo Coletivo de Trabalho. A representante do Sindicato lembrou aos presentes que o Sindical Patronal tem recusado a proceder negociação coletiva de trabalho, em razão desse fato o sindicato diligenciou junto a empresa onde passou a negociar diretamente por meio de o Acordo Coletivo de Trabalho. Para o ano 2023/2024 a empresa apresentou como proposta, a recomposição da inflação do ano de 2022/2023. Apresentou ainda como proposta a recomposição de todas as cláusulas econômicas existente no Acordo Coletivo de Trabalho. Dando continuidade, a representante do Sindicato esclareceu que reajuste superior somente seria possível em cede de Convenção Coletiva de Trabalho, que a proposta de recomposição segundo a análise da diretoria da Entidade Sindical já seria benéfica, considerando a inexistência de norma coletiva geral. A representante do sindicato destacou que a diretoria não tem medido esforços para recompor o valor do vale alimentação, onde a empresa apresentou a proposta de elevação do vale alimentação para R\$ 33,60 (trinta e três reais e sessenta centavos). Após algumas manifestações dos trabalhadores, passou para a segunda ordem do dia. b) Deliberação e discursão da proposta Patronal, colocado em votação restou aprovado, por maioria, a recomposição salarial no percentual de 4,92% (quatro vírgula noventa e dois por cento) e vale alimentação no valor de R\$ 33,60 (trinta e três reais e sessenta centavos) para o ano de 2023/2024. Este índice de reajuste será aplicado nas demais cláusulas econômicas existentes no Acordo Coletivo de Trabalho. Em continuidade, a representante do sindicato Kleydna Carolina passou a discorrer sobre a terceira pauta do dia: c) Contribuição de Campanha Salarial e Benefícios 2023/2024. Inicialmente a representante do sindicato informou que alguns trabalhadores da R7 FACILITIES - SERVIÇOS DE ENGENHARIA teria procurado a entidade sindical para entrega da carta de oposição sem que houvesse iniciado as negociações coletivas ou que houvesse autorização dos trabalhadores para desconto. Lembrou que a contribuição ao sindicato deve ocorrer mediante autorização previa da assembleia, e que as cartas de oposição entregues antes da autorização não tem

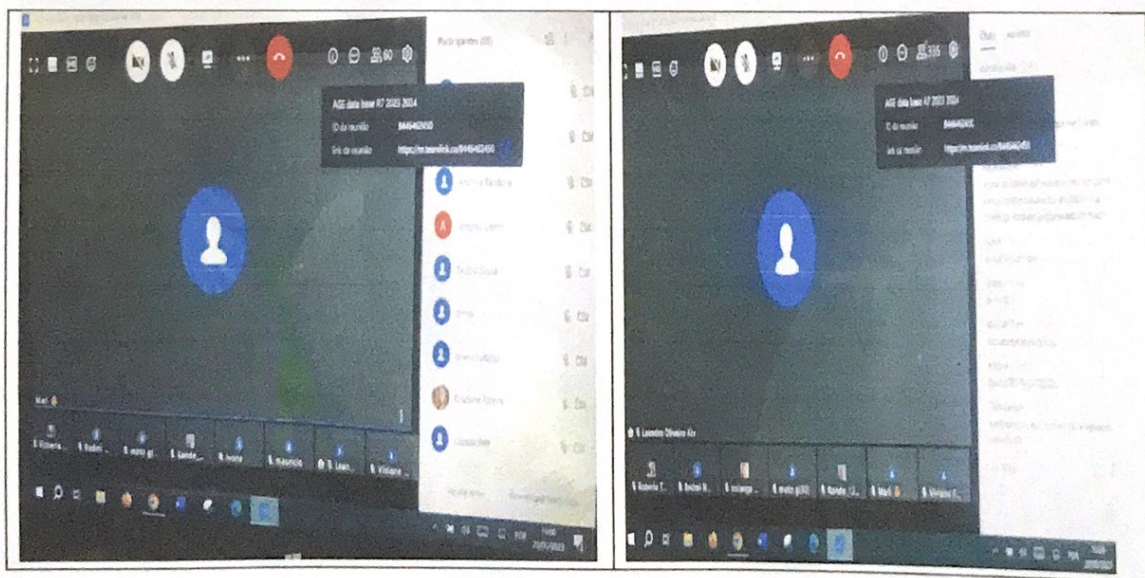


**SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO DO
DISTRITO FEDERAL E DOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS - SITIMME/DF/GO/TO**

respaldo legal nem tampouco validade jurídica. Esclareceu da importância da contribuição decorrente da campanha salarial para fortalecer a entidade sindical, esclarecendo que a contribuição não é obrigatória podendo ser externada oposição no prazo de até dez dias após o desconto de cada parcela. Relembrou que sem a existência da entidade sindical certamente não ocorreriam a luta para manutenção de direitos mínimos aos trabalhadores. Esclareceu ainda que a assembleia geral extraordinária realizada no dia dez de fevereiro deste ano de dois mil e vinte três autorizou o desconto de doze pontos percentuais, mas que a pedido dos trabalhadores da empresa R7 FACILITIES - SERVIÇOS DE ENGENHARIA a direção está propondo o desconto de quatro pontos percentuais em duas parcelas de dois pontos percentuais, a serem descontadas no salário de junho e novembro do corrente ano de dois mil e vinte e três. Após um período de discussões e respostas as perguntas apresentadas, colocado em votação, restou aprovada o desconto da contribuição de campanha salarial e benefícios 2023/2024, no percentual de quatro pontos percentuais em duas parcelas de dois pontos percentuais, a serem descontadas no salário de junho e novembro do corrente ano de dois mil e vinte e três; d) Assuntos Gerais, franquiada a palavra ocorreram várias manifestações não relacionadas ao Acordo Coletivo de Trabalho. Às 17hs e 30min encerrou os trabalhos com a presença de trezentos e noventa e cinco trabalhadores presentes na sala virtual da assembleia. Nada mais tendo a ser apreciado, a Sra. Kleydna Carolina deu por encerrado a Assembleia lavrando a presente ATA, que vai por mim e pelo presidente Erbal de Sousa Aguiar assinada.

Erbal de Sousa Aguiar
ERBAL DE SOUSA AGUIAR
SITIMME/DF/GO/TO

Kleydna Carolina Machado Rodrigues
KLEYDNA CAROLINA MACHADO RODRIGUES
REPRESENTANTE SINDICAL



AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR030930/2023**

SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRAB NAS IND MET MEC MAT ELETRICOS E ELETRONICOS DO DF GO TO, CNPJ n. **00.409.045/0001-14**, localizado(a) à SDS Bloco D Lote 27 - Edifício Eldorado, Entrada B 4º andar sala 404, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70392-901, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **ERBAL DE SOUSA AGUIAR**, CPF n. 092.959.761-34, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 29/05/2023 no município de Brasília/DF;

E

R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 11.162.311/0001-73, localizado(a) à Trecho SIA Trecho 17 Rua 14, Zona Industrial (Guará), Brasília/DF, CEP 71200-240, representado(a), neste ato, por seu Sócio, Sr(a). **GILDENILSON BRAZ TORRES**, CPF n. 717.967.543-15

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Subsecretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO transmitido ao Ministério da Economia, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR030930/2023, na data de 19/06/2023, às 23:39.

_____, 19 de junho de 2023.

ERBAL DE SOUSA AGUIAR
Presidente

SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRAB NAS IND MET MEC MAT ELETRICOS E ELETRONICOS DO DF GO TO

GILDENILSON BRAZ TORRES:71796754315
754315

Assinado de forma digital por GILDENILSON BRAZ TORRES:71796754315
Dados: 2023.06.21 09:49:00 -03'00'

GILDENILSON BRAZ TORRES
Sócio

R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
Secretaria de Previdência
Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social

Resultado da Consulta FAP - Ano Vigência 2023

Dados do Estabelecimento

CNPJ	11.162.311/0001-73
Razão Social	R7 FACILITIES SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI
Endereço	TR SIA TRECHO 17 RUA 14 LOTE 170, ZONA INDUSTRIAL GUARA, BRASILIA - DF CEP: 71.200-240
Início da Atividade	17/09/2009
Última atualização na RFB	15/08/2019

Dados do FAP

Vigência: 2023 **Valor:** 0,9753 **Tipo:** Cálculo Original **Realizado em:** 30/09/2022

Informações da Extração

Vigência: 2023	Início Período-base: 01/01/2020	Fim Período-base: 31/12/2021
GFIP: 24/03/2022	Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP	
Benefícios: 05/04/2022	Sistema Único de Benefícios - SUB	
ESocial: 15/05/2022	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	
CAT: 15/07/2022	Sistema de Comunicação de Acidente de Trabalho - CATWEB	
Expectativa de Vida: 22/06/2022	Ano Referência: 2020	IBGE

Dados do Cálculo

0	Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT
2	Auxílio-doença por acidente de trabalho - B91
0	Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho - B92
0	Pensão por morte por acidente de trabalho - B93
0	Auxílio-acidente por acidente de trabalho - B94
R\$ 13.302,90	Valor Total de Benefícios Pagos
1.856,5	Número Médio de Vínculos
20,0795%	Taxa Média de Rotatividade
12.466	Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE
6.398	Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP
43.22-3/02	CNAE - INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO

Indicadores do Cálculo

Índice de Frequência: 1,0773	Nº Ordem de Frequência: 3.108,0000	Percentil de Frequência: 48,5696
Índice de Gravidade: 0,1077	Nº Ordem de Gravidade: 3.108,0000	Percentil de Gravidade: 48,5696
Índice de Custo: 0,1147	Nº Ordem de Custo: 3.192,2160	Percentil de Custo: 49,8861
Índice Composto: 0,9753	FAP Original: 0,9753	

REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
(Redações anteriores)

ANEXO V
(Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

RELAÇÃO DE ATIVIDADES PREPONDERANTES E CORRESPONDENTES GRAUS DE RISCO CONFORME A CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

CNAE 2.3	Descrição	Alíquota (%)
0111-3/01	Cultivo de arroz	3
0111-3/02	Cultivo de milho	3
0111-3/03	Cultivo de trigo	2
0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	3
0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	3
0112-1/02	Cultivo de juta	3
0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3
0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	3
0114-8/00	Cultivo de fumo	3
0115-6/00	Cultivo de soja	3
0116-4/01	Cultivo de amendoim	2
0116-4/02	Cultivo de girassol	2
0116-4/03	Cultivo de mamona	3
0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3
0119-9/01	Cultivo de abacaxi	2
0119-9/02	Cultivo de alho	2
0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa	3
0119-9/04	Cultivo de cebola	2
0119-9/05	Cultivo de feijão	3
0119-9/06	Cultivo de mandioca	3
0119-9/07	Cultivo de melão	3
0119-9/08	Cultivo de melancia	2
0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	2
0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	2
0121-1/01	Horticultura, exceto morango	3
0121-1/02	Cultivo de morango	3
0122-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	3
0131-8/00	Cultivo de laranja	3

4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	3
4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	3
4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	3
4312-6/00	Perfurações e sondagens	3
4313-4/00	Obras de terraplenagem	3
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	2
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	3
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	3
4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e de refrigeração	3
4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	3
4329-1/01	Instalação de painéis publicitários	2
4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre	2
4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes	2
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	3
4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	3
4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	3
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	3
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	3
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	3
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	3
4330-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	3
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção	3
4391-6/00	Obras de fundações	3
4399-1/01	Administração de obras	3
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	3
4399-1/03	Obras de alvenaria	3
4399-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	3
4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água	3
4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	3
4511-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	2
4511-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	3
4511-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	2
4511-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	2
4511-1/05	Comércio por atacado de reboques e semirreboques novos e usados	3

DECRETO Nº 40.381, DE 09 DE JANEIRO DE 2020

Classifica as linhas dos modos rodoviário e metroviário do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF e fixa as respectivas tarifas.

O VICE-GOVERNADOR NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos VII e XXVI, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando os estudos técnicos constante do Processo Administrativo nº 00090- 00035959/2019-59, que versa sobre o reajuste da tarifa usuário, DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece a classificação das linhas do modo rodoviário do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, fixa as respectivas tarifas e dá outras providências.

Art. 2º As linhas do modo rodoviário do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal são classificadas, segundo suas características predominantes, em:

I - Urbanas - 1 (U-1);

II - Urbanas - 2 (U-2);

III - Urbanas - 3 (U-3);

IV - Metropolitanas - 1 (M-1);

V - Metropolitanas - 2 (M-2);

VI - Metropolitanas - 3 (M-3).

Parágrafo único. As linhas que compõem cada uma das classificações relacionadas neste artigo serão discriminadas uma a uma em ato próprio do Órgão Gestor do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, com as suas respectivas tarifas.

Art. 3º As tarifas do modo rodoviário do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal passam a vigorar com os seguintes valores:

I - as linhas classificadas como "Urbana 1 (U-1) " e "Urbana 3 (U-3) " passam de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos); ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 40392 de 16/01/2020](#)).

II - as linhas classificadas como "Metropolitana 1 (M-1) ", "Metropolitana 3 (M-3) " e "Urbana 2 (U-2) " passam de R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos); ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 40392 de 16/01/2020](#)).

III - as linhas classificadas como "Metropolitana 2 (M-2) " passam de R\$ 5,00 (cinco reais) para R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos);

Art. 4º A tarifa do modo metroviário do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - METRÔ/DF passa a vigorar com o valor único de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos).

Art. 5º As tarifas relativas ao Serviço de Transporte Público Complementar Rural - STPCR passam a vigorar com os seguintes valores:

I - as linhas de R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) passam para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos); ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 40392 de 16/01/2020](#)).

II - as linhas de R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) passam para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos); ([Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 40392 de 16/01/2020](#)).

III - as linhas de R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) passam para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos); [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 40392 de 16/01/2020\)](#).

IV - as linhas de R\$ 5,00 (cinco reais) passam para R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos). [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 40392 de 16/01/2020\)](#).

Art. 6º Fixa-se o percentual a que se refere o artigo 2º da [Lei n.º 445, de 14 de maio de 1993](#) em 4%.

Art. 7º Os créditos de vale transporte adquiridos até a entrada em vigor deste Decreto terão validade de trinta dias a contar desta data.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor à 0h00 (zero hora) do dia 13 de janeiro de 2020.

Art. 9º Revoga-se o [Decreto nº 37.940](#), de 30 de dezembro de 2016.

Brasília, 09 de janeiro de 2020.

132º da República e 60º de Brasília

MARCUS VINICIUS BRITTO
Governador em exercício

[Este texto não substitui o publicado no DODF nº 7 de 10/01/2020 p. 2, col. 1](#)



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SIT
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - DSST
Coordenação do Programa de Alimentação do Trabalhador - COPAT
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
(Lei nº 6.321/76)

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA BENEFICIÁRIA

Inscrição no PAT: 2603225	Data Inscrição: 23/06/2017	CNPJ/CEI: 11162311000173		
Razão Social: R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI				
Endereço: QD 14 CJ 08 LOTE 3 PARTE				
Bairro: SCIA	UF: DF	Cidade: Guará	CEP: 71250-140	
DDD: 61	Telefone: 33639511			
Total de Trabalhadores: 150		Total de Benefícios: 150		
Qt/Dia Refeições Fornecidas				
Almoço 21	Jantar 0	Desjejum 0	Merenda 0	Refeição Noturna 0
Modalidade do Serviço de Alimentação				
Serviço Próprio	0 %	Cestas de Alimentos	0 %	
Refeições Transportadas	0 %	Refeição-Convênio	0 %	
Administração de Cozinha	0 %	Alimentação-Convênio	100 %	
Faixa Salarial	Até 5 SM 135	Acima de 5 SM 15		
Responsável pela Empresa RICARDO DE SOUZA LIMA CAIAFA		E-mail administrativo@servicemANUTENCAO.COM.BR		

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (17/10/2022) TABELAS 44.0 (25/01/2022)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 05/04/2023
HORA: 09:19:40
PÁG : 0056/0391

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858600077112 603401802305 407675180816 116231100011
858000000020 283601802301 407675180018 116231100011

EMPRESA: R7 FACILITIES SERVICOS DE ENGENHARIA E

COMP: 03/2023 COD REC:150 COD GPS: 2119

FPAS: 507

OUTRAS ENT: 0079

SIMPLES: 1

RAT: 3.0

INSCRIÇÃO: 11.162.311/0001-73

FAP: 0.97 RAT AJUSTADO: 2.93

TOMADOR/OBRA: DEPEN SENAPEN

INSCRIÇÃO: 00.394.494/0008-02

NOME TRABALHADOR	REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
IRIS RIBEIRO GOMES DA SILVA	2.167,26	0,00	124.15959.72-5 0,00	02/12/2019 176,87	01		173,39	04221 0,00
ISABEL CRISTINA DE CARVALHO PEREIRA	2.167,26	0,00	207.86222.62-4 0,00	02/01/2023 176,87	01		173,38	04221 0,00
JESSICA LIMA DOS SANTOS	469,27	0,00	162.07484.07-0 0,00	27/03/2023 35,19	01		37,54	04110 0,00
JOHNANTHA STUART RODRIGUES FORTUNATO	328,51	0,00	162.80230.21-0 0,00	27/03/2023 24,63	01		26,28	04110 0,00
JOSE NILSON MOREIRA CARVALHO	469,27	0,00	121.44822.88-5 0,00	27/03/2023 35,19	01		37,55	04141 0,00
JOSIANE RODRIGUES SILVA	1.500,00	0,00	160.82698.73-9 0,00	01/02/2023 116,82	01		120,00	04221 0,00
JURANDI ALVES LIRA	328,51	0,00	124.14055.79-2 0,00	27/03/2023 24,63	01		26,29	04110 0,00
KATIA CILENE RODRIGUES HALL	469,27	0,00	124.40067.30-1 0,00	27/03/2023 35,19	01		37,55	04110 0,00
LEANDRA DE LIMA MONTEIRO	469,27	0,00	163.81577.42-9 0,00	27/03/2023 35,19	01		37,54	04110 0,00
LEANDRO DE SOUZA	469,27	0,00	130.31501.27-5 0,00	27/03/2023 35,19	01		37,55	04110 0,00
LEILA GOMES LOBATO	2.167,26	0,00	123.56301.63-3 0,00	02/12/2019 176,87	01		173,39	04221 0,00
LUANY MARIA ALVES	469,27	0,00	207.05719.67-1 0,00	27/03/2023 35,19	01		37,54	04110 0,00
LUCAS MATHEUS ASSIS	2.238,10	0,00	204.30009.72-5 0,00	17/06/2021 183,24	01		179,04	04141 0,00
MARCIA XAVIER DA SILVA	2.359,90	0,00	165.24676.11-5 0,00	17/02/2022 194,21	01		188,79	04221 0,00
MARCOS ALVES DE ARAUJO	328,51	0,00	164.72792.64-0 0,00	27/03/2023 24,63	01		26,28	04110 0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (17/10/2022) TABELAS 44.0 (25/01/2022)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 05/05/2023
HORA: 12:30:25
PÁG : 0052/0377

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858400083607 545201802300 509676183811 116231100011
858000000020 440401802307 509676184010 116231100011

EMPRESA: R7 FACILITIES SERVICOS DE ENGENHARIA E

COMP: 04/2023 COD REC: 150 COD GPS: 2119 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0

INSCRIÇÃO: 11.162.311/0001-73

FAP: 0.97 RAT AJUSTADO: 2.93

TOMADOR/OBRA: DEPEN MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA

INSCRIÇÃO: 00.394.494/0008-02

NOME TRABALHADOR	REM SEM 13° SAL	REM 13° SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13° SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
IRIS RIBEIRO GOMES DA SILVA			124.15959.72-5	02/12/2019	01			04221
2.167,26	0,00	0,00		176,87			173,39	0,00
ISABEL CRISTINA DE CARVALHO PEREIRA			207.86222.62-4	02/01/2023	01			04221
2.167,26	0,00	0,00		176,87			173,38	0,00
ISLEIA SANTOS MOREIRA			137.32362.46-8	03/04/2023	01			04110
1.900,99	0,00	0,00		152,90			152,07	0,00
			162.07484.07-0	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00	0,00		258,14			232,76	0,00
JOHNANTHA STUART RODRIGUES FORTUNATO			162.80230.21-0	27/03/2023	01			04110
2.036,78	0,00	0,00		165,13			162,94	0,00
JOSE NILSON MOREIRA CARVALHO			121.44822.88-5	27/03/2023	01			04141
2.909,53	0,00	0,00		258,14			232,77	0,00
JOSIANE RODRIGUES SILVA			160.82698.73-9	01/02/2023	01			04221
2.167,26	0,00	0,00		176,87			173,38	0,00
JURANDI ALVES LIRA			124.14055.79-2	27/03/2023	01			04110
2.036,78	0,00	0,00		165,13			162,95	0,00
KATIA CILENE RODRIGUES HALL			124.40067.30-1	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00	0,00		258,14			232,77	0,00
LEANDRA DE LIMA MONTEIRO			163.81577.42-9	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00	0,00		258,14			232,76	0,00
LEANDRO DE SOUZA			130.31501.27-5	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00	0,00		258,14			232,77	0,00
LEILA GOMES LOBATO			123.56301.63-3	02/12/2019	01			04221
2.167,26	0,00	0,00		176,87			173,39	0,00
LUANY MARIA ALVES			207.05719.67-1	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00	0,00		258,14			232,76	0,00
LUCAS MATHEUS ASSIS			204.30009.72-5	17/06/2021	01			04141
2.238,10	0,00	0,00		183,24			179,04	0,00
MARCIA XAVIER DA SILVA			165.24676.11-5	17/02/2022	01			04221
2.167,26	0,00	0,00		176,87			173,38	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (17/10/2022) TABELAS 44.0 (25/01/2022)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 05/06/2023
HORA: 14:59:24
PÁG : 0058/0387

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858700079338 370101802307 607677180816 116231100011
858200000023 082001802300 607677180018 116231100011

EMPRESA: R7 FACILITIES SERVICOS DE ENGENHARIA E

COMP: 05/2023 COD REC:150 COD GPS: 2119

FPAS: 507

OUTRAS ENT: 0079

SIMPLES: 1

RAT: 3.0

INSCRIÇÃO: 11.162.311/0001-73

FAP: 0.97 RAT AJUSTADO: 2.93

TOMADOR/OBRA: DEPEN SENAPEN

INSCRIÇÃO: 00.394.494/0008-02

NOME TRABALHADOR	REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
IRIS RIBEIRO GOMES DA SILVA			124.15959.72-5	02/12/2019	01			04221
2.167,26	0,00		0,00	176,87			173,39	0,00
ISABEL CRISTINA DE CARVALHO PEREIRA			207.86222.62-4	02/01/2023	01			04221
2.167,26	0,00		0,00	176,87			173,38	0,00
ISLEIA SANTOS MOREIRA			137.32362.46-8	03/04/2023	01			04110
2.036,78	0,00		0,00	165,13			162,94	0,00
JESSICA LIMA DOS SANTOS			162.07484.07-0	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,76	0,00
JOHNANTHA STUART RODRIGUES FORTUNATO			162.80230.21-0	27/03/2023	01			04110
2.036,78	0,00		0,00	165,13			162,94	0,00
JOSE NILSON MOREIRA CARVALHO			121.44822.88-5	27/03/2023	01			04141
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,77	0,00
JOSIANE RODRIGUES SILVA			160.82698.73-9	01/02/2023	01			04221
2.167,26	0,00		0,00	176,87			173,38	0,00
JURANDI ALVES LIRA			124.14055.79-2	27/03/2023	01			04110
2.036,78	0,00		0,00	165,13			162,95	0,00
KATIA CILENE RODRIGUES HALL			124.40067.30-1	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,77	0,00
LEANDRA DE LIMA MONTEIRO			163.81577.42-9	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,76	0,00
LEANDRO DE SOUZA			130.31501.27-5	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,77	0,00
LEILA GOMES LOBATO			123.56301.63-3	02/12/2019	01			04221
2.167,26	0,00		0,00	176,87			173,39	0,00
LUANY MARIA ALVES			207.05719.67-1	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,76	0,00
LUCAS MATHEUS ASSIS			204.30009.72-5	17/06/2021	01			04141
2.238,10	0,00		0,00	183,24			179,04	0,00
MARCIA XAVIER DA SILVA			165.24676.11-5	17/02/2022	01			04221
2.167,26	0,00		0,00	176,87			173,38	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (17/10/2022) TABELAS 44.0 (25/01/2022)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 06/07/2023
HORA: 14:36:08
PÁG : 0055/0392

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858800080320 075701802300 707678180816 116231100011
858400000027 229701802309 707678180018 116231100011

EMPRESA: R7 FACILITIES SERVICOS DE ENGENHARIA E

COMP: 06/2023 COD REC:150 COD GPS: 2119

FPAS: 507

OUTRAS ENT: 0079

SIMPLES: 1

RAT: 3.0

INSCRIÇÃO: 11.162.311/0001-73

FAP: 0.97 RAT AJUSTADO: 2.93

TOMADOR/OBRA: DEPEN SENAPEN

INSCRIÇÃO: 00.394.494/0008-02

NOME TRABALHADOR	REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
IRIS RIBEIRO GOMES DA SILVA			124.15959.72-5	02/12/2019	01			04221
2.167,26	0,00		0,00	176,87			173,39	0,00
ISABEL CRISTINA DE CARVALHO PEREIRA			207.86222.62-4	02/01/2023	01			04221
2.167,26	0,00		0,00	176,87			173,38	0,00
ISLEIA SANTOS MOREIRA			137.32362.46-8	03/04/2023	01			04110
2.036,78	0,00		0,00	165,13			162,94	0,00
JESSICA LIMA DOS SANTOS			162.07484.07-0	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,76	0,00
JOHNANTHA STUART RODRIGUES FORTUNATO			162.80230.21-0	27/03/2023	01			04110
2.036,78	0,00		0,00	165,13			162,94	0,00
JOSE NILSON MOREIRA CARVALHO			121.44822.88-5	27/03/2023	01			04141
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,77	0,00
JOSIANE RODRIGUES SILVA			160.82698.73-9	01/02/2023	01			04221
2.167,26	0,00		0,00	176,87			173,38	0,00
JURANDI ALVES LIRA			124.14055.79-2	27/03/2023	01			04110
2.036,78	0,00		0,00	165,13			162,95	0,00
KATIA CILENE RODRIGUES HALL			124.40067.30-1	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,77	0,00
LEANDRA DE LIMA MONTEIRO			163.81577.42-9	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,76	0,00
LEANDRO DE SOUZA			130.31501.27-5	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,77	0,00
LEILA GOMES LOBATO			123.56301.63-3	02/12/2019	01			04221
2.576,63	0,00		0,00	218,19			206,14	0,00
LUANY MARIA ALVES			207.05719.67-1	27/03/2023	01			04110
2.909,53	0,00		0,00	258,14			232,76	0,00
LUCAS MATHEUS ASSIS			204.30009.72-5	17/06/2021	01			04141
2.238,10	0,00		0,00	183,24			179,04	0,00
MARCIA XAVIER DA SILVA			165.24676.11-5	17/02/2022	01			04221
2.167,26	0,00		0,00	176,87			173,38	0,00

Informações do Empregador

Manutenção

Dados do Empregador

[Consultar histórico \(/portal/Empregador/CadastroCompleto/Listagem?Length=16\)](/portal/Empregador/CadastroCompleto/Listagem?Length=16)

Período de validade das informações

Mês/Ano de Início de Validade*

07/2018

Mês/Ano de Término de Validade

Informações do empregador

CNPJ

11.162.311/0001-73

Classificação Tributária*

99 - Pessoas Jurídicas em geral

É microempresa ou empresa de pequeno porte para acesso ao portal simplificado?

☐ Sim ☒ Não

Opção pelo Registro Eletrônico de Empregados*

0 - Não optou pelo registro eletrônico de empregados (ou opção não aplicável)

Indicativo de cooperativa*

0 - Não é cooperativa

Indicativo de construtora*

0 - Não é Construtora

Indicativo de Desoneração da Folha*

1 - Empresa enquadrada nos art. 7º a 9º da Lei 12.546/2011

Data da transformação em sociedade de fins lucrativos - Lei 11.096/2005

Indicador de tributação sobre a folha de pagamento - PIS e COFINS

☐ Sim ☒ Não

Identificação do Evento

Identificador do Evento

ID11116231100000020221018072342000

Número do recibo

1.1.0000000016609131056

Processo de emissão do evento

3 - Aplicativo governamental - Web Geral

Versão do Processo

1.0

Alterar

Baixar XML (<https://www.esocial.gov.br/portal/Empregador/CadastroCompleto/DownloadEvento?idEvento=&recibo=1.1.0000000016609131056>)

v_s_1.1.0 2023_14.4.0